

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: O BRASIL EM ANGOLA

João Victor Marques Cardoso¹

Resumo: A cooperação internacional para o desenvolvimento conjuga o esforço de um Estado pelo seu desenvolvimento e o interesse de outros em auxiliar nesse processo, seja de forma financeira ou técnica. As diversas modalidades e os atores envolvidos determinam as características da cooperação, podendo ser questionada a sua eficácia. Com base na projeção de países emergentes no sistema internacional, este artigo pretende analisar a cooperação tradicional e a financiada por atores como o Brasil. Questionar os princípios de uma cooperação supostamente desinteressada, mas, ao mesmo tempo, identificar a resultante evolução nas formas de cooperação é o objetivo proeminente. A superação do subdesenvolvimento angolano e a projeção internacional brasileira são fatores associáveis como poderá ser observado.

Palavras chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul; Relações Brasil-Angola.

I – INTRODUÇÃO

A cooperação internacional para o desenvolvimento se articula entre países que dispõem de relativo avanço em campos de ação econômica e/ou política e/ou social e aqueles que, ao apresentarem baixo desenvolvimento nessas áreas, requerem apoio técnico daqueles dispostos a fornecê-lo.

A partir desse tema, é possível distinguir, *grosso modo*, duas modalidades de cooperação: a Norte-Sul e a Sul-Sul. Enquanto a primeira ocorre entre países desenvolvidos (PD) e em desenvolvimento (PED), a segunda funciona entre estes últimos, pertencentes ao denominado Sul Global. Caracteristicamente, a cooperação Norte-Sul, de geometria vertical, acaba aprofundando os laços de dependência que o Norte rege sobre o Sul, perpetuando as assimetrias econômicas entre ambos, devido às condicionalidades estabelecidas e ao cerceamento tecnológico. Ao longo do tempo, foram verificadas situações em que esse tipo de cooperação provocou danos irreparáveis às economias internas dos países mais fracos, por exemplo, quando formas de assistencialismo na área alimentar desarticularam redes de produção e circulação de alimentos domésticas. A cooperação Sul-Sul, por outro lado, tem como diretriz o alcance de benefícios mútuos entre as partes, tendo como base suas sinergias e trajetórias econômicas semelhantes. Uma leitura mais atenta sobre a cooperação, entretanto, observa a existência de um mecanismo ainda hierárquico: um país ofertante e outro demandante. Com efeito, é possível questionar não somente o quanto a cooperação Sul-Sul se diferencia da Norte-Sul, como também a simplista avaliação de que o mundo se divide entre Norte e Sul Global.

Diante de um sistema internacional crescentemente multipolarizado e com maior protagonismo de potências emergentes, como o Brasil, as relações em nível Sul-Sul têm aumentado relativamente. Nesse aspecto, a cooperação técnica tem sido um vetor estratégico para a política externa brasileira, baseada no princípio da universalidade, mas direcionada a áreas geográficas prioritárias. É a partir disso que a análise das relações entre Brasil e Angola, país inserido no entorno estratégico nacional e membro da Comunidade dos Países de Língua

¹ É graduando do 7º período do curso de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (Inest) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do grupo *Geopolítica Corrente* na Escola de Guerra Naval (EGN). E-mail: joao_marques@id.uff.br

Portuguesa (CPLP), pretende atender a relevância da projeção internacional brasileira e seus respectivos impactos.

II – A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A cooperação internacional para o desenvolvimento é um tema de relevância ímpar nas Relações Internacionais, dado que se refere a um formato capaz de conjugar diversos entes em busca do desenvolvimento. Os atores envolvidos podem ser as Nações Unidas (ONU) e suas entidades, instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), organizações não governamentais, países desenvolvidos e emergentes, entre outras instituições subnacionais, como universidades e centros de pesquisa. Tais atores se relacionam, finalmente, com países mais pobres, podendo se conjugar de maneira bilateral, triangular (dois países ou um país e um organismo internacional) ou multilateral (organismos multilaterais com recursos próprios), visando suprir determinadas carências de, por exemplo, recursos financeiros, quadros técnicos especializados e instituições consolidadas. Isso não significa, entretanto, que os atores mencionados devam se responsabilizar por um projeto de desenvolvimento, o qual deve, primeiramente, partir dos esforços nacionais. A cooperação, dessa forma, deve atuar como um mecanismo de auxílio ao esforço nacional do país em via de desenvolvimento.

A literatura existente sobre os meios para atingir o desenvolvimento varia de acordo com o pensamento econômico predominante da época. Tradicionalmente, os debates sobre o tema se concentram na oposição entre os programas desenvolvimentistas e liberais. O primeiro tipo identifica o Estado como principal ator capaz de alavancar o crescimento econômico e planejar eficientemente a distribuição dos recursos oriundos do crescimento entre a sociedade, de forma que a concentração de renda seja minimizada. Nesse sentido, o Estado seria o promotor da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do setor privado, não negligenciando, portanto, o papel do capital privado. Desde os anos 50 do século XX, autores como os suecos Gunnar Myrdal² e Ragnar Nurkse propuseram formas de planejamento indicativo com o objetivo de sanar problemas derivados da pobreza. No que tange aos países periféricos, a via de desenvolvimento ocorreria por meio da industrialização, capaz de agregar

valor tecnológico à produção e romper com a condição marginalizada dos países subdesenvolvidos em relação àqueles mais ricos. O segundo, por sua vez, aposta sua confiança nas leis que regem o mercado e na tendência do mesmo de caminhar em direção ao equilíbrio, de tal maneira que os recursos de uma economia sejam perfeitamente alocados, já que é pressuposta a racionalidade das decisões dos atores. Desse modo, a presença do Estado na economia deveria ser mínima, cabendo ao setor privado a responsabilidade pelo crescimento e desenvolvimento econômico.

O tratamento desse tema, contudo, não se restringe ao componente econômico. Nem atende à proposta deste artigo comparar e avaliar os distintos caminhos ao desenvolvimento, fator que deve ser decidido pelo governo reconhecido de um determinado país. Antes de dar continuidade a análise da cooperação internacional, entretanto, é necessário compreender o que é desenvolvimento. Este processo pode ser interpretado, segundo o economista indiano Amartya Sen (2010), como a expansão da liberdade das pessoas, considerada “o principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2010. Pág. 10). O principal fim por ser,

² “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965

de fato, a expansão das liberdades econômicas, políticas e sociais, o objetivo do processo de desenvolvimento. E o principal meio, se for levado em consideração o papel das pessoas como agentes da realização do desenvolvimento. Nesse sentido, a ideia de “desenvolvimento como liberdade” proposta por Sen contrasta com visões reducionistas, ligadas ao mero crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), à industrialização e ao aumento da renda. Esse conceito deve constituir o plano de fundo da análise geral sobre a cooperação internacional e os seus efeitos.

A mais recente crise econômico-financeira de 2008, decorrente do estouro da “bolha imobiliária” nos Estados Unidos da América e com efeitos regressivos sobre, principalmente, os países desenvolvidos, acentuou a percepção sobre a crescente relevância e protagonismo dos países emergentes, como China, Índia e Brasil (o acrônimo Brics, originado em prospecção feita por corretora estadunidense, incorpora também a Rússia e a África do Sul). Tal percepção pode ser observada, com efeito, no campo da cooperação internacional, possivelmente denominada, nesse caso, de cooperação horizontal ou Sul-Sul, ainda que tal geometria possa ser relativizada. Por meio desta, os países emergentes, sob o aspecto realista, têm se projetado política e economicamente, à medida que parcerias estratégicas são estabelecidas e uma rede de poder é tecida no chamado Sul Global, de acordo com seus interesses.

Apesar de angariar maior relevância na contemporaneidade, a cooperação Sul-Sul teve seus prenúncios na década de 1970, quando passou a ser discutida a cooperação técnica entre países em desenvolvimento no âmbito da ONU. Afinal, nos anos 50 e, principalmente, 60, houve rápido processo de independências de países asiáticos e africanos, que prosseguiu na década seguinte, com o desmonte do último império europeu, o português. Anterior a ela, existia e ainda prevalece predominantemente a chamada cooperação vertical ou Norte-Sul, que por envolver um país desenvolvido, é dotada de maiores recursos financeiros e projeção, além de ser institucionalizada entre os que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cabendo aos seus membros, os países desenvolvidos, destinarem parte de seu PNB à chamada Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)³. Isso possibilita que os países centrais diversifiquem as formas de transferência de recursos, como concessão de empréstimos ou perdão de dívidas, assistência humanitária, cooperação técnica, entre outros (PUENTE, 2010). A AOD se refere estritamente à modalidade de cooperação cuja origem dos recursos é governamental, ainda que possam ser repassados a ONGs. Pode ser considerada outra denominação à cooperação internacional para o desenvolvimento, mas devido ao aspecto possivelmente pejorativo da palavra “assistência”, é preferível utilizar “cooperação”, já que o presente trabalho deve se concentrar na modalidade executada pelo Brasil. Ainda que os países centrais por muito tempo tenham sido indiferentes aos termos, atualmente, têm se guiado pela firmação de “parcerias”, ao menos no nível do discurso.

A origem da cooperação para o desenvolvimento ocorreu entre o fim da década de 1940 e início da de 1950, decorrente do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a reconstrução da Europa Ocidental por meio do Plano Marshall, da criação da ONU e das instituições financeiras de *Bretton Woods* (FMI e Bird), e da já citada descolonização da

³ A OCDE recomenda aos seus membros destinarem o mínimo de 0,7% de seus respectivos PNB à Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Atualmente, apenas os países nórdicos atendem esse patamar. A média dos países desenvolvidos oscila entre 0,3% e 0,35% do PNB (2010). Ver: <http://www.oecd.org/newsroom/developmentaidtodevelopingcountriesfallsbecauseofglobalrecession.htm>

Ásia e da África, processo acentuado na década de 1960. Tais fatores anunciavam a ordem mundial do pós-guerra e a disposição dos EUA e da Europa Ocidental reconstruída de promoverem o desenvolvimento do comércio e do sistema financeiro internacional. Tudo de acordo com seus interesses em manter a hegemonia do sistema capitalista em contraposição ao socialismo soviético, realidade que determinou a natureza da Guerra Fria. O fim das colônias europeias e o surgimento de novos países soberanos tornaram evidentes as carências dos mesmos para forjarem seu desenvolvimento e se inserirem autonomamente no comércio internacional, perpetuando a condição de dependência das antigas metrópoles.

As características da cooperação, segundo Iglesias Puente (2010), variam de acordo com o pensamento econômico preponderante, o qual possui aspectos próprios sobre o conceito de desenvolvimento e as vias para atingi-lo, conforme mencionado anteriormente o embate entre os programas desenvolvimentista e liberal. Além disso, a política de cooperação é influenciada por fatores motivacionais, ou seja, aquilo que leva, principalmente, Estados desenvolvidos e/ou emergentes e/ou organizações multilaterais, a cooperarem com países mais pobres. Motivos apontados por Iglesias Puente, como políticos e geoestratégicos, econômicos e comerciais, históricos e culturais, ideológicos, morais, éticos e humanitários, serão determinantes do montante, destino e grau de prioridade dos recursos aplicados à cooperação.

O primeiro deles, o fator político e geoestratégico, possui relevância máxima na “definição, escopo, volume, orientação, destinação e execução da ajuda externa” (PUENTE, 2010. Pág. 54) e pode variar de acordo com o contexto internacional. Durante o período da Guerra Fria, por exemplo, o fluxo de cooperação sustentado pelos EUA era claramente voltado para os países de valor estratégico para Washington (o mesmo equivale à União Soviética e Cuba). O pós 11 de Setembro, evento que determinou os esforços do Ocidente contra práticas denominadas como terrorismo e estimulou a intervenção direta ou indireta em Estados classificados como falidos (*failed states*), considerados um espaço supostamente propício ao aliciamento e formação de células terroristas. Da mesma forma, definiu as regiões estratégicas que receberiam ajuda externa para combater e isolar redes terroristas inseridas, principalmente, no Oriente Médio e no Norte da África (LAWSON, 2007).

Os motivadores econômicos e comerciais, por sua vez, utilizam-se da cooperação para garantir privilégios no mercado dos países receptores. Neste caso, a cooperação fornecida é acompanhada de condicionalidades econômicas, de modo a legitimar os interesses e o apoio de setores privados do país fornecedor. Trata-se, portanto, de uma cooperação atada (*tied aid*), cuja condição aos receptores pode ser a abertura de seus mercados, reformas institucionais que promovam transparência e *accountability*, e, muitas vezes, a vinculação necessária dos projetos de cooperação ao uso de produtos e serviços do país ofertante da ajuda, o que pode gerar demanda derivativa por outros produtos do mesmo. Apesar de os países doadores justificarem-se alegando a resultante inserção dos países mais pobres nos mercados mais desenvolvidos e a obtenção de recursos para manter a própria estrutura de sua cooperação ao desenvolvimento, a realidade aponta para a perpetuação da dependência dos países receptores. Estes permanecem cerceados tecnologicamente pelos países mais ricos, e, conforme abordado por Puente (2010), persiste o fato de o comércio bilateral entre desenvolvidos e subdesenvolvidos ser muitas vezes de mão única, conforme a lógica da deterioração dos termos de troca⁴.

⁴ A ideia desenvolvida pelo economista argentino Raul Prebisch aponta uma tendência no comércio entre países subdesenvolvidos (exportadores de *commodities*) e desenvolvidos (exportadores de manufaturas) em que o preço

Os motivos históricos e culturais existem na ordem dos discursos e sua funcionalidade está mais ligada a legitimar a cooperação. Aparecem, por exemplo, na relação entre países europeus e suas ex-colônias africanas, garantindo a continuidade de laços e o reforço de um imaginário de comunidade, como é o caso da *Commonwealth*, da francofonia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, tais motivos podem aparecer na Cooperação Sul-Sul, cujo compartilhamento de estruturas e passados comuns, como a condição de ex-colônias, são legitimadores da solidariedade e da busca de resolução a problemas semelhantes.

Os motivos altruísticos e humanitários, por fim, se relacionam com ideias filosóficas e religiosas que podem aparecer em discursos políticos, como a defesa de que os mais ricos têm o dever moral de auxiliar os mais pobres. Muitas vezes, tais elementos são utilizados para conquistar o apoio da opinião pública, como ocorre entre os países nórdicos, embora sejam acompanhados por interesses políticos e/ou econômicos velados ou admitidos. Não restrita à cooperação fornecida por Estados, o elemento moral e ético também parte das ONGs e de modalidades de cooperação multilateral que envolva algum órgão nas Nações Unidas, como o Pnud, a UNICEF, a UNESCO, a FAO⁵, entre outros.

Apresentada a origem e a estrutura característica da cooperação, determinada pela complexidade de motivadores muitas vezes não claros e pelo pensamento econômico sobre desenvolvimento, é importante abordar os mecanismos pelos quais a cooperação se operacionaliza. Ainda em *Puente (Ibidem)*, a cooperação pode ser de natureza financeira, técnica, alimentar ou se revelar como assistência humanitária, ainda que a inclusão desta última como mecanismo de cooperação possa ser contestada.

A cooperação financeira tem origem na década de 1950, a partir da percepção de que a fraqueza dos subdesenvolvidos estaria na ausência de poupança interna, ou seja, de capital suficiente para aproveitar os demais fatores, a terra e o trabalho. Inclui desde doações e investimentos a fundo perdido até concessão de créditos, abrangendo a maior fatia da AOD. Geralmente, os investimentos financeiros são destinados a “programas e projetos de reformas macroeconômicas, estruturais ou setoriais (incluindo ampliação de infraestrutura), e serviços de assessoria (...)” (*Ibid*, pág. 60), os quais vêm programados juntamente com a liberação dos recursos – uma forma de cooperação muito trabalhada pelo FMI e pelo Banco Mundial.

A cooperação técnica, por sua vez, passou por alterações conforme as mudanças no pensamento econômico de cada época e a própria disponibilidade de recursos para financiá-la. Os países mais pobres não só carecem de capital, mas também de quadros técnicos capacitados para gerenciar o desenvolvimento em seus múltiplos aspectos: setores da agricultura, indústria, saúde, educação, de nível político-institucional, entre outros. A cooperação técnica, portanto, pode englobar as cooperações educacional, cultural e científica e tecnológica, variantes que podem ser, eventualmente, tratadas de forma separada. A formação de profissionais, o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, a transferência de tecnologia, o intercâmbio de técnicos e alunos universitários, os exercícios militares conjuntos, entre outras experiências compartilhadas ou desenvolvidas conjuntamente, são instrumentos desse canal de cooperação. O fornecimento de assistência técnica, com efeito, sempre foi um imperativo, mas o grande impasse existente se refere ao gerenciamento da

de matérias primas tende a cair enquanto o de manufaturas a aumentar. Com base nisso, os subdesenvolvidos teriam suas economias prejudicadas, se não promovessem a industrialização.

⁵ As siglas são, respectivamente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

cooperação, executado e avaliado sob a ótica do país doador.

Já a assistência humanitária apresenta um perfil diferenciado da cooperação estritamente abordada. Enquanto esta é voltada a projetos preocupados com o desenvolvimento e a autonomia necessária para dar continuidade a esse processo, aquela tem um caráter emergencial, concentrado em casos pontuais, como efeitos recentes de uma crise humanitária provocada por desastres naturais, ou por ação humana. Apesar de não ser contabilizada pela OCDE como um mecanismo de cooperação, os desenvolvidos a consideram em seus respectivos percentuais de AOD. Entre as organizações humanitárias, são bons exemplos a atuação da *Cruz Vermelha* e do *Médicos sem Fronteiras*. A doação de alimentos pode ser incluída ou não em assistência humanitária, já que, quando analisada à parte, a ajuda alimentar, através de créditos concessionais para aquisição de alimentos e de bens para a produção agropecuária, se refere a investimentos de longo prazo, fazendo parte, então, do escopo da cooperação para o desenvolvimento.

III – GEOMETRIAS VARIÁVEIS: HORIZONTAL E VERTICAL

Tradicionalmente, a geometria da cooperação é delineada verticalmente, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas a crescente percepção de que tal forma de cooperação, denominada Norte-Sul, pode aprofundar as assimetrias entre o Norte e o Sul Global, acentuando ainda mais as disparidades entre ambos, estimulou a formação de uma nova perspectiva, a de geometria horizontal, estabelecida entre países em via de desenvolvimento.

A cooperação denominada Sul-Sul apareceu entre as décadas de 1960 e 1970, fruto de coordenação diplomática disposta a encontrar caminhos para o fortalecimento dos países subdesenvolvidos perante os países centrais, mais preocupados, então, com as relações Leste-Oeste marcantes do período da Guerra Fria. O movimento dos não alinhados e a posterior criação do G77, além da criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), são iniciativas que evidenciaram a concertação política de países subdesenvolvidos, preocupados com suas posições periféricas no sistema internacional. As posições em comum e a busca conjunta para solucionar problemas compartilhados alertaram para as assimetrias existentes na estrutura do comércio internacional, no processo decisório em foros multilaterais e na cooperação financiada pelos PD. Dessa forma, o questionamento dessa realidade estimulou a formação de parcerias entre países do Sul Global, a fim de cooperarem para pressionar por reformas no sistema internacional e trocar experiências bem sucedidas ao desenvolvimento.

Criada na década de 1980, a Comissão Sul teve um papel relevante na identificação das sinergias que envolvem o Sul Global. Apesar da diversidade dos países que o compõem, assim como o fato de cada um adotar caminhos diferentes ao desenvolvimento, o relatório final da Comissão, publicado em 1990, aponta a existência de uma unidade básica que transcende suas diferenças, capaz de conferir uma identidade una e reuni-los por objetivos comuns (COMISSÃO SUL, 1990).

A unidade incidente sobre os PED seria em primeiro lugar o anseio pelo desenvolvimento, que, segundo o relatório, “é um processo que torne possível aos seres humanos realizarem o seu potencial, ganharem autoconfiança e viverem suas vidas em dignidade e para a plena realização de si mesmos”, não comportando “quaisquer formas de opressão social, econômica e política”, através do qual, por fim, “a independência política

adquire o seu verdadeiro significado” (*Ibid.* Pág. 22). Tal avaliação é condicionada ao desenvolvimento da própria nação, o que implica liberdade política e econômica, a segurança pessoal e liberdade de crença, enfatizando a análise do desenvolvimento como liberdade.

Em segundo lugar, seriam incidentes nos esforços de todos os países do Sul os fatores externos como o funcionamento da economia internacional e o processo decisório concentrado nos PD, responsáveis pelo controle do fluxo de comércio, capital e tecnologia. Mesmo com a crescente interligação resultante do processo de globalização em avanço, a realidade mostra que tal interligação é de natureza distorcida e assimétrica (*Ibidem*, 1990). A ligação de dependência aos países do Norte, herança do passado colonial, mas ainda reforçada pelo poderio econômico de cima, tem tolhido os PED, no que se refere a determinarem suas próprias políticas.

O reconhecimento dessa unidade e o aproveitamento de suas diversidades de recursos deve ser o caminho legitimador da cooperação Sul-Sul. Dessa forma, a cooperação representa o esforço conjunto dos países do Sul em maximizar suas potencialidades e atender às necessidades de cada um em seu caminho ao desenvolvimento. Isso significa o estímulo à diversificação das economias do Sul, a expansão das trocas Sul-Sul e, com efeito, a redução das pressões oriundas do Norte, seja em forma de mercado, capital ou tecnologia. A rejeição da dependência, portanto, é justificada pela vontade dos povos em agirem conjuntamente contra um poder superior, o que não significa, entretanto, a vontade de confrontação. Pelo contrário, “a confrontação já inerente na atual dominação por parte do Norte tem de dar lugar a uma gestão dos assuntos globais mais equilibrada e mais equitativa (...)” (*Ibid.* Pág. 20).

A cooperação fornecida pelos PD torna-se, então, alvo de constante questionamento, devido a características bastante claras como a já mencionada ajuda atada, a criação de demanda e o uso de critérios uniformes. A diretriz dessa cooperação não ocorre segundo as demandas manifestadas pelo país receptor, mas segundo as definidas pelo próprio doador, sob um claro processo de “fabricação de demanda” (PUENTE, 2010. Pág. 67). Isso significa que os PD podem forjar supostas carências e negligenciar as reais lacunas que obstaculizam o desenvolvimento dos mais pobres. Com efeito, receitas homogêneas e critérios uniformes são pré-definidos e, portanto, desvinculados dos contextos culturais e políticos dos distintos receptores. O exemplo mais claro de fabricação de demanda ocorreu na década de 1980 e 1990, período fortemente influenciado pelo pensamento neoliberal, cujo expoente, o *Consenso de Washington*, definiu uma agenda severa de ajuste estrutural. Assim, a cooperação programada nesse período esteve ligada à reforma e à redução do Estado, à liberalização econômica e à privatização de serviços públicos, um receituário completamente distante das necessidades sociais e do grau de evolução econômica dos países periféricos.

A cooperação Norte-Sul, entretanto, não deveria ser substituída pela ainda insipiente cooperação Sul-Sul, conforme estabelecido pelo Plano de Ação de Buenos Aires (1978), resultado de um esforço coletivo no âmbito da ONU pela cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD). A CTPD, dessa forma, deveria promover a autoconfiança entre os países em desenvolvimento e atuar como um complemento às relações tradicionais de cooperação, sem, no entanto, reproduzir os padrões de exploração tradicionais e se restringir às esferas governamentais, mas ter espaço também nas entidades subnacionais, institutos de pesquisa, sindicatos, entre outros.

A análise atenta sobre a cooperação Sul-Sul, porém, evidencia que a horizontalidade perfeita não condiz com a realidade, apesar dos princípios de igualdade e caráter não exploratório para os quais se propõe. De fato, é necessário um ator com um nível de desenvolvimento intermediário para viabilizar técnica e financeiramente a determinada

cooperação, pois, afinal, “na inter-relação entre os países em desenvolvimento é difícil imaginar que se consiga reproduzir na prática, muito além do discurso, a igualdade entre as partes” (*Ibid.* Pág. 75). Aliado a essa constatação estrutural, pode-se apontar, sob uma perspectiva realista, que os PED com a capacidade necessária para financiar seus programas de cooperação pelo mundo também possuem interesses, muito ligados às suas ambições de se projetarem como atores emergentes no cenário mundial, como a China, a Índia e o Brasil, podendo os mesmos repetirem padrões da cooperação vertical. São exemplares “os casos da China, da Índia e da Coreia do Sul, que têm programas de cooperação, especialmente voltados para os países de seu entorno geográfico, com óbvias motivações geoestratégicas” (*Ibid.* pág. 55), o que não é diferente no caso do Brasil, que prioriza a cooperação com países latino-americanos e caribenhos. A própria existência desses emergentes, afinal, coloca em xeque as premissas em que a cooperação Sul-Sul é baseada, já que uma subdivisão quase autônoma do bloco de PED é formada, desafiando a divisão monolítica do mundo entre Norte e Sul (PUENTE, 2010).

No caso chinês, por exemplo, é possível citar seus motivos políticos, econômicos e geoestratégicos, como a condição de que o país receptor dos recursos de cooperação não reconheça a soberania de Taiwan (território independente, porém reivindicado por Beijing), e o favorecimento de países ricos em petróleo e recursos minerais estratégicos ao crescimento chinês⁶. Nesse aspecto, ainda que a presença chinesa no continente africano seja condizente com suas aspirações, o caráter da cooperação, como a não interferência em assuntos domésticos do país receptor e a não imposição de condicionalidades no que se refere a ajustes estruturais, tem atendido às carências locais por investimentos em infraestrutura e fornecido créditos com menor taxa de juros e prazos maiores. Tais vantagens têm posicionado a China como o principal parceiro comercial da África como um todo e uma alternativa às tradicionais ex-metrópoles europeias.

A preocupação ligada à verticalidade e à assimetria inerente aos mecanismos de cooperação tem provocado a formulação de novos conceitos, a fim de garantir a legitimidade e, portanto, a continuidade dos programas. Apontado por Puente (2010), os novos conceitos são “apropriação local”, “parceria”, “sustentabilidade” e “boa governança”, com grande incidência nos discursos políticos. O primeiro, procura desmistificar a ideia de “fabricação de demanda”, ao enfatizar o envolvimento dos receptores na formulação e execução dos programas, ou seja, aponta a existência de um trabalho consultivo da cooperação visada. O segundo, fortalece a ideia da cooperação propriamente dita, no que tange à noção de reciprocidade e formação de parceria. O terceiro indica que a viabilidade da cooperação é condicionada ao desenvolvimento das capacidades locais, e não conduzida exclusivamente por estrangeiros, pois serão aquelas as responsáveis pela condução e sustentabilidade em longo prazo dos resultados dos programas. O quarto, finalmente, reforça a responsabilidade local pelo desenvolvimento, processo subordinado às capacidades institucionais de transparência e eficiência. Tais conceitos são importantes para a evolução teórica da cooperação internacional, porém, não devem ter como propósito a camuflagem dos interesses inerentes ao Estado que, por meio de seus próprios recursos, está financiando o desenvolvimento alheio, nem devem esconder o fato de que são conceitos importados, como é o caso da “boa governança”, parte de um novo padrão de condicionalidades (*Ibidem*).

⁶ A China, evidentemente, reproduz padrões de condicionalidade, como a política de “uma só China” e o enlaçamento econômico da ajuda, que exige a aquisição de bens e serviços chineses para a cooperação.

IV – ANGOLA: A PARCERIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO

Cinco períodos podem demarcar as relações entre Brasil e África⁷, de acordo com Analúcia Pereira e Luísa Barbosa (2012). A primeira fase seria a da dominação colonial, entre os séculos XVI e XIX, em que Brasil e Angola eram ligados pela rota do tráfico negreiro. Angola destinava escravos às lavouras e minas brasileiras, para que, então, as matérias primas fossem transportadas para o mercado final na Europa⁸. A segunda fase se inicia com a independência do Brasil, em 1822, quando as relações são marginalizadas com o fim do tráfico e a prioridade é conferida ao relacionamento com a Europa e, posteriormente, com os EUA, padrão que se seguiu até a década de 1950. A terceira e breve fase é caracterizada pelo processo de descolonização africana, que até certo momento foi ignorado pelo Brasil devido a sua ligação com Portugal, pois, afinal, o regime autoritário instalado em Lisboa, centrado na figura de António Salazar, reprimia os movimentos independentistas em suas colônias. A quarta, de 1961 até meados da década de 1980, revela um estreitamento das relações políticas e econômicas com o continente africano, com intenso fluxo de bens e capitais e o fato de o Brasil ter sido o primeiro país do Ocidente a reconhecer, em 1975, a soberania de Angola e o governo em Luanda. A quinta, por fim, estende-se ao século XXI, apesar de um hiato na década de 1990. Desta fase é característica de uma política voltada para a África e sua prioridade conferida na agenda externa, com especial relevância aos países lusófonos, sendo Angola o mais importante deles devido à sua importância econômica e política regional, além de estrategicamente conjugar ao Brasil uma ponte sobre o Atlântico Sul.

Definidas genericamente as principais etapas nas relações Brasil-Angola, esta seção pretende abordar alguns dos entraves ao desenvolvimento angolano, contando com referências históricas, e apontar a importância do Brasil como parceiro estratégico ao seu progresso econômico e social. A cooperação brasileira, neste caso, pode ser favorável tanto ao Brasil, por se tratar de um instrumento de política externa (PUENTE, 2010), quanto a Angola, como um auxílio ao esforço nacional pelo desenvolvimento (COMISSÃO SUL, 1990).

A história recente do povo angolano é um reflexo de séculos de exploração colonial portuguesa, da luta dos movimentos locais pela independência e da devastadora guerra civil (1975-2002). O fim da fase colonial é ligado, segundo Visentini (2012), a três fatores proeminentes: a resistência angolana; o apoio e a solidariedade internacional à luta pela independência política; e, a queda do regime salazarista em Portugal devido à chamada Revolução dos Cravos (1974), um momento decisivo para Angola reivindicar sua soberania. O fim do repressivo domínio português, entretanto, coincide com o início de uma das piores crises registradas na África Subsaariana – a guerra civil angolana, perpetrada por três movimentos da época da guerra de libertação colonial. O mais robusto e bem organizado deles foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁹, que proclamou, em

⁷ O trabalho de Pereira e Barbosa (2012) analisa as relações Brasil-África de forma generalizada, mas para o propósito deste artigo, tais relações são representativas do envolvimento brasileiro com Angola especificamente.

⁸ Em 1700, Angola foi considerada a mais importante colônia portuguesa na África. *Vide*: da FONSECA, João Moura M.; ESTEVES, Paulo Luiz M. L.; GOMES, Geovana Zoccal. *Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview*. In: BPC Papers. V. 3, N. 02, Jan-Apr 2015.

⁹ O MPLA foi criado em 1956, sendo liderado por Agostinho Neto e, posteriormente, por José Eduardo dos Santos, atual presidente de Angola. De orientação marxista, defende a união nacional independentemente das diferenças étnicas. Recebeu ajuda militar da União Soviética e de Cuba, e atuou intimamente com os

Luanda, a República Popular de Angola. Os outros dois movimentos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)¹⁰ e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita)¹¹, proclamaram, em Huambo, a República Democrática de Angola, que não foi reconhecida internacionalmente. O conflito interno acabou sendo polarizado pela lógica das relações Leste-Oeste, com os EUA dando suporte aos movimentos contrários ao governo central do MPLA, que, por sua vez, era apoiado por Cuba e pela URSS. Somente em 2002, com a morte do líder da Unita, a guerra civil foi finalizada, deixando um legado de milhares de mortos e refugiados, uma sociedade fragmentada e atrasada, além de uma economia dilapidada.

O fim da guerra civil trouxe relativa estabilidade política e o governo do MPLA, que sempre pretendeu um programa de transformação socialista, com controle do comércio exterior e nacionalização das indústrias vitais, reconheceu que, *a priori*, o país deveria passar por um processo de reconstrução. As potencialidades econômicas de Angola revelam grande reserva de minério de ferro e diamantes, petróleo, produção cafeeira, potencial hidrelétrico e setor manufatureiro voltado ao mercado interno. Entretanto, as deficiências na infraestrutura e em quadros técnicos especializados, herança do passado colonial e da guerra civil, mantiveram o país à margem do processo de desenvolvimento, condicionando sua dependência à ajuda externa. O Setor Primário, como a agricultura e a pesca, não atende a demanda das famílias e das indústrias, e o Setor Secundário apresenta pouca complexidade, sendo ocupado por empresas transnacionais e seus investimentos¹². A produção industrial deveria ser o vetor estratégico da economia angolana, como propunha o programa do MPLA, mas, como apontado por Visentini (2012), a carência de capital, de mão de obra qualificada e de insumos, e a destruição provocada pela guerra civil impediram a consecução da industrialização, perpetuando a dependência da economia angolana à exportação do petróleo, até hoje o principal produto exportado pelo país.

A política externa angolana favoreceu a forte cooperação com países socialistas (Cuba, URSS e Alemanha Oriental), que apoiavam as causas de Angola em fóruns multilaterais, face aos ataques da África do Sul e da Unita durante a guerra civil. Historicamente, as relações com a União Soviética eram baseadas na cooperação financeira e técnica, principalmente na formação de mão de obra qualificada. O Tratado de Amizade e Cooperação (1976), resultante da visita do primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, à URSS, deu o aval à próspera relação diplomática. As relações com Cuba, por sua vez, tiveram início em 1964. Do país caribenho era recebida assistência militar durante a guerra de libertação. O auxílio militar teve continuidade durante a guerra civil, assim como a cooperação técnica por meio de conselheiros civis, professores e médicos.

A busca pela autonomia e por recursos para a reconstrução não excluía os países capitalistas e o fim da guerra civil estimularam a reinserção regional e ampliação dos aliados internacionais. Apesar de os EUA não reconhecerem o governo em Luanda até 1993, devido à presença de tropas cubanas no país e por considerarem Angola um satélite soviético,

movimentos de libertação de Moçambique e de Guiné-Bissau.

¹⁰ A FNLA, criada em 1962, era liderada por Holden Roberto. Sua postura anticomunista angariou suporte dos EUA e do Zaire (atual República Democrática do Congo). Sua atuação ocorria principalmente no norte do país.

¹¹ A Unita foi criada em 1964 por Jonas Savimbi. Sua posição ideológica não era clara e variava conforme a assistência externa recebida. Tinha atuação majoritária no sul de Angola, com o apoio do regime do *apartheid* da África do Sul.

¹² A política amigável com empresas estrangeiras visa atrair investimentos produtivos na reconstrução de Angola, evidenciando o atual caráter pragmático do MPLA, apesar de suas bases socialistas.

existiam trocas comerciais, caracterizadas pela exportação de maquinário e importação do petróleo e café angolano. As relações com a Europa Ocidental não tinham o tom diplomático agressivo como aquele oriundo de Washington, mas se limitavam ao fluxo de comércio. A China, por sua vez, teve um papel oscilante na história de Angola pois, durante a guerra pela independência, apoiava o MPLA, mas o afastamento entre Beijing e Moscou e, em seguida, a aproximação com Washington, fizeram com que a China passasse a apoiar o FNLA e a Unita. Na década de 1980, China e Angola se reaproximaram e, atualmente, a cooperação estratégica firmada pelos dois países é fundamental, sendo prioridade do governo José Eduardo dos Santos. Enquanto a China promove investimentos na construção civil e na infraestrutura angolana, créditos concessionais de baixos juros e de longo prazo, e programas de cooperação técnica, Angola exporta seu petróleo. Com efeito, Angola se tornou a maior parceira econômica da China na África. A presença chinesa na África em geral tem preenchido lacunas muitas vezes ignoradas pelo Ocidente, e tenta se legitimar, dentro de sua lógica política de *ascensão pacífica*¹³, segundo a busca por benefícios mútuos entre as partes. Sua inserção econômica, entretanto, mais preocupada com recursos naturais, pode ora desempenhar um papel menos cooperativo do que predatório, aprofundando a situação de dependência das economias africanas, largamente exportadoras de *commodities*¹⁴. Já as relações com o Brasil, de longa data como exibido no início desta seção, angariaram destaque após o reconhecimento imediato, sob a administração Geisel, do governo do MPLA, em 1975, visando estreitar a cooperação entre os dois países, ampliar a influência diplomático-econômica brasileira na África, especialmente entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), equilibrar politicamente, naquela época, a presença de Cuba no Atlântico Sul (VISENTINI, 2012), e, ainda, garantir a diversificação de fornecedores de petróleo num contexto de déficit de oferta e escalada de preços, evento influenciado por uma série de conflitos no Oriente Médio, como a Guerra do Yom Kippur (1973). Por se tratar do foco deste artigo, a cooperação administrada pelo Brasil e sua influência em Angola devem ser tratadas com maior afinco a seguir.

A presença brasileira na literatura sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento é de característica ambivalente, por se tratar de um país tanto receptor quanto fornecedor de cooperação. Primeiramente, o Brasil era apenas receptor, mas com o amadurecimento de suas instituições, a complexidade de sua estrutura produtiva e o alcance, portanto, de um nível de desenvolvimento relativamente maior, possibilitou que o país começasse, em 1973, seu programa de cooperação com o exterior (PUENTE, 2010). A percepção de que o país tinha condições de compartilhar experiências bem sucedidas em alguns setores internos¹⁵, aliada ao pensamento autônomo e nacionalista dos governos da época, viabilizaram a cooperação, tratada como uma ferramenta para estreitar os laços com a América Latina e a África de língua portuguesa. Desse aspecto extraem-se os motivadores da cooperação brasileira: geopolítico, por priorizar o estreitamento das relações com os latino-americanos e africanos, inseridos no entorno estratégico brasileiro; histórico-cultural, por reforçar as sinergias existentes com os parceiros estabelecidos no que tange às condições socioeconômicas, históricas e culturais similares; e, altruísta, baseado na solidariedade entre

¹³ KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

¹⁴ CARDOSO, J. V. M. *Angola & China: a parceria estratégica*. Boletim Geocorrente, nº 16. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletim-16.pdf>

¹⁵ A Agência Brasileira de Cooperação identifica os seguintes setores: desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde. Ver: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>

países em via de desenvolvimento.

A natureza da cooperação brasileira rejeita a assimetria das relações verticais e procura estabelecer a “parceria pelo desenvolvimento”¹⁶, excluindo, assim, bases comerciais, condicionalidades políticas e enlaçamento econômico. O papel central da cooperação técnica é de responsabilidade da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela escolha dos países com que se pretende cooperar, pela identificação das demandas apresentadas pelos receptores, pela negociação, coordenação, implementação e acompanhamento dos programas¹⁷. Ainda assim, a operacionalidade da cooperação brasileira é de natureza ampla e difusa, conjugando múltiplos atores internos e externos (no caso de cooperação triangular, como as estabelecidas com o Japão, EUA ou União Europeia), oficiais ou não, entidades subnacionais como ministérios do governo executivo, universidades e centros de pesquisa, e organizações voltadas para o desenvolvimento como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Em relação à parceria estabelecida com Angola, os projetos de cooperação são focados especialmente em quatro setores específicos: formação profissional, saúde, educação, agricultura e defesa. O primeiro tem como exemplo o Centro de Formação Profissional do Cazenga, criado em 1998 pelo Senai, e que treina 2.500 profissionais anualmente. Segundo, o projeto “Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola”, executado pela Fiocruz e pelo Ministério da Saúde, que objetiva a implantação da Escola Nacional de Saúde Pública e o fortalecimento de escolas técnicas em saúde e do Instituto Nacional de Saúde Pública. Terceiro, o projeto “Escola de Todos”, conduzido pelo Ministério da Educação, que promove a adequação do sistema educacional a alunos com necessidades especiais, capacitando professores e organizando materiais didáticos específicos. Quarto, o “Curso de Produção Sustentável de Hortaliças”, voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar. Quinto, por fim, o projeto “Capacitação dos Militares de Angola”, levado a cabo pelo Ministério da Defesa.

A cooperação técnica com Angola é relativamente menor, se levado em consideração aquela firmada com países menos desenvolvidos como Moçambique e Guiné-Bissau, outros dois países africanos de língua portuguesa. Atualmente, estão em execução seis projetos de cooperação técnica em Angola, onze projetos em Guiné-Bissau e vinte e nove em Moçambique¹⁸. As relações com Angola, entretanto, possuem maior valor estratégico ao Brasil por juntos compartilharem o Atlântico Sul, de relevância inquestionável para o comércio e a defesa; maior potencial econômico, devido às reservas de petróleo e o crescente mercado consumidor de Angola; e, maior voz política, dado que Angola é um ator influente na África Austral, com participação ativa na União Africana (UA) e na Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), além de ser membro rotativo para o biênio 2015/2016 no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Angola recebe a maior parte dos investimentos brasileiros destinados à África, incluindo os de origem privada e pública como o financiamento do Banco do Brasil, da Caixa

¹⁶ Vide: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>

¹⁷ Vide:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3686&catid=189&Itemid=439
&lang=pt-BR

¹⁸ Vide: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>

Econômica Federal, do Bradesco e do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura conduzidos por empresas brasileiras. Além disso, o país também concentra o maior número de pequenas e médias empresas brasileiras na África. No comércio bilateral, o Brasil é o quarto dentre os países de que Angola importa (destaque para os setores de carne bovina, peixe e açúcar refinado) e o décimo nono destino das exportações angolanas, majoritariamente, petróleo e produtos derivados, e gás natural (da FONSECA; ESTEVES; GOMES; 2015).

O crescimento econômico de Angola apresentado desde o fim da guerra civil é surpreendente, alcançando aumentos de 18,3% (2005) e 22,6% (2007). Quando a crise de 2008 estourou, a economia mundial foi vítima de uma queda brusca, ainda assim, Angola não sofreu uma recessão, voltando à tendência de alta já em 2010, atingindo 6,8% de crescimento em 2013. Apesar de substancial, o crescimento econômico não é representativo do desenvolvimento, assim, o país ainda apresenta severas deficiências na infraestrutura, baixos indicadores sociais, carência de mão de obra qualificada, economia frágil e pouco diversificada. A redução do crescimento para 3,9% (2014) indica a vulnerabilidade da economia angolana à queda da cotação internacional do barril de petróleo, cerca de 90% do total das exportações, o que tem implicado a queda das receitas estatais e, conseqüentemente, a redução dos investimentos e o aumento do déficit fiscal. A diversificação da economia e a superação da *síndrome petroleira*¹⁹ é um imperativo para uma sociedade com alta taxa de crescimento populacional, bolsões de pobreza e disparidades entre as classes sociais e entre as regiões.

V – COMENTÁRIOS FINAIS

A crescente cooperação financiada por países emergentes como o Brasil em países subdesenvolvidos, como Angola, tem reduzido relativamente aquela financiada pelos PD, em que se destacam a dos EUA, da União Europeia, do Japão, da Coreia do Sul e de Portugal. A expansão dos atores envolvidos na cooperação tem ampliado as posições de barganha do governo angolano, fato confirmado por agentes oficiais: “*Angolan government officials have become skilful negotiators (...), using the interest of an increasing number of countries in Angola as leverage for stronger bargaining positions*” (Ibidem. pág. 17). A expansão da autonomia de Angola é representativa do que tem ocorrido no continente africano, a diversificação de atores emergentes e a percepção dos mesmos sobre as potencialidades das sociedades africanas indicam uma oportunidade sem precedentes para que a África não volte ao tempo das ingerências praticadas pelos países centrais. A estratégia para absorver as vantagens de tamanha oportunidade depende, entretanto, dos governos locais, se a utilizarão para o benefício geral da população ou para a perpetuação de elites cleptocratas no poder.

Ainda que pese a inerente hierarquia entre ofertante e demandante no campo da cooperação e a presença, mesmo na cooperação Sul-Sul, de interesses do ator ofertante, a coordenação política prévia à execução dos projetos é a etapa fundamental para a concertação de interesses recíprocos, de maneira que possíveis revezes sejam minimizados (PUENTE, 2010). Ainda que a cooperação como a brasileira seja formatada de acordo com interesses de sua política externa e funcione como um instrumento da mesma, seja para aumentar a influência do Brasil em foros multilaterais ou aparelhar parceiros que apoiem sua aspiração

¹⁹ Conceito desenvolvido por Philippe Hugon. Vide: HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

de potência média, a cooperação horizontal pode fortalecer valores e práticas no sistema internacional que promovam o desenvolvimento do Sul Global e superem a divisão do mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, J. V. M. *Angola & China: a parceria estratégica*. Boletim Geocorrente, nº 16. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletim-16.pdf>

FONSECA, João Moura da. M.; ESTEVES, Paulo Luiz M. L.; GOMES, Geovana Zocal. *Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview*. In: BPC Papers. V. 3, N. 02, Jan-Apr 2015.

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAWSON, Letitia. *U.S. Africa Policy Since the Cold War*. Strategic Insights, Vol. VI, Issue 1. January 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; BARBOSA, Luísa Calvete Portela. *O Atlântico Sul no Contexto das Relações Brasil-África*. Século XXI, V.3, Nº 1. Porto Alegre: Jan-Jun 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

Pesquisa na Internet

<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21651280-economic-wunderkind-comes-cropper-music-stops?zid=304&ah=e5690753dc78ce91909083042ad12e30> Acesso em: 22 Jun. 2015.

<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21639554-china-has-become-big-africa-now-backlash-one-among-many> Acesso em: 22 Jun. 2015.

<http://www.oecd.org/newsroom/developmentaidtodevelopingcountriesfallsbecauseofglobalrecession.htm> Acesso em: 15 Ago. 2015.

<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa> Acesso em: 19 Ago. 2015.

<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD> Acesso em: 19 Ago. 2015.

<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao> Acesso em: 19 Ago. 2015.



Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana:
Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Foz do Iguaçu, 2015.

Realização: Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-Americana (NUPELA)

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3686:cooperacao-tecnica&catid=189&lang=pt-BR&Itemid=439 Acesso em: 19 Ago. 2015.

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries/AO-ZF?display=default> Acesso em: 19 Ago. 2015.

<http://www.worldbank.org/en/country/angola/overview> Acesso em: 19 Ago. 2015.